

A VERDADEIRA LIBERDADE PERDIDA

Embora tivessem sido criados por Deus com a verdadeira liberdade, os seres humanos perderam essa liberdade quando caíram em pecado. O homem perdeu, então, não a capacidade de escolha (que é inseparável da natureza humana), mas a verdadeira liberdade – a capacidade de viver em total obediência a Deus.

Pelágio, como sabemos, negou essa doutrina. Para ele, Adão e Eva foram criados neutros, nem bons nem maus, e os seres humanos hoje nascem na mesma condição. Os seres humanos possuíam a verdadeira liberdade antes de caírem, e ainda possuem a verdadeira liberdade hoje. As pessoas são hoje tão capazes de fazer o que agrada a Deus como eram os nossos primeiros pais antes da Queda. A única razão pela qual as pessoas erram hoje, Pelágio disse, é porque estão cercadas de maus exemplos.

Agostinho, o famoso contemporâneo de Pelágio, opôs-se energicamente a essas ideias, especialmente em seus escritos antipelagianos.¹ Agostinho ensinou que os seres humanos foram criados bons, em um estado em que eram “capazes de não pecar”. No princípio, portanto, os seres humanos tinham a verdadeira liberdade. Mas, quando pecaram, embora não perdessem a sua capacidade de fazer escolhas, perderam a sua capacidade de servir a Deus sem o pecado – em outras palavras, a sua verdadeira liberdade. O homem tornou-se, então, um escravo do pecado; ele passou ao estado de “não ser capaz de não pecar” (*non posse non peccare*).

Pois foi pelo mau-uso de seu livre-arbítrio [sua capacidade de fazer o certo – que, contudo, incluía a possibilidade de desobediência] que o homem destruiu igualmente aquele [o seu livre-arbítrio] como a si mesmo. Pois, como um homem que se suicida precisa,

naturalmente, estar vivo ao se matar, mas após ter se matado cessa de viver e não pode restituir a vida a si mesmo, assim também, quando o homem por seu próprio livre-arbítrio pecou, sendo o pecado vitorioso sobre ele, perdeu a liberdade de sua vontade. “Pois aquele que é vencido fica escravo do vencedor” [2Pe 2.19].²

A Bíblia claramente ensina que a humanidade decaída perdeu a sua verdadeira liberdade. O homem decaído, por sua própria força, não pode fazer o que recebe inteira aprovação de Deus nem mudar a orientação básica de sua vida, de amor-próprio pecaminoso para amor a Deus. Além disso, diversas passagens do Novo Testamento claramente ensinam a escravidão da humanidade decaída ao pecado. Em João 8.34, por exemplo, Jesus diz a alguns judeus que discutiam com ele e reivindicavam nunca terem sido escravos de ninguém: “Em verdade, em verdade vos digo: todo o que comete pecado é escravo do pecado”. A palavra traduzida aqui como “escravo” é *doulos*, do verbo grego *douleuein*, que significa “ser escravizado”. Enquanto, em versões mais antigas do Novo Testamento, essa palavra foi traduzida como *servo* (RC; KJV: *servant*; ASV: *bondservant*), as versões mais novas todas a traduzem como *escravo* (RA; NIV: *slave*). Jesus diz aqui, portanto, que uma pessoa que peca habitualmente (*poiōn tēn hamartian*, o particípio presente denota continuidade) é escravo do pecado. E quem da humanidade decaída há que não peque habitualmente?

Em Romanos 6, escrevendo a cristãos, Paulo afirma que, antes da conversão deles, haviam sido escravos do pecado, empregando de novo ora o substantivo *doulos*, ora uma forma do verbo *douleuein*: “foi crucificado com ele [Cristo] o nosso velho homem... e não sirvamos o pecado como escravos” (v.6);

“outrora, escravos do pecado” (v.17); “ofereceste os vossos membros para a escravidão da impureza, e da maldade para a maldade” (v.19); “quando éreis escravos do pecado” (v.20).

O fato de os seres humanos terem perdido a verdadeira liberdade não significa que também tenham perdido a capacidade de fazer escolhas. Eles agora pecam de bom grado, decidindo agir assim. Ainda fazem escolhas, mas as escolhas erradas. Encontram-se, agora, na escravidão do pecado.³

Tanto Lutero como Calvino enfatizaram que o homem decaído encontra-se atualmente na escravidão do pecado e, portanto, perderam sua verdadeira liberdade. Em resposta ao *Diatriben on Free Will* [Diatriben sobre o Livre-Arbítrio] de Erasmo, Lutero escreveu, em 1525, *The Bondage of the Will* [A Servidão da Vontade]. Nesse livro, Lutero ensinou que os seres humanos decaídos não podem converter-se a Deus nem desempenhar um papel ativo no processo que os conduz à salvação.⁴ Calvino, assim como Lutero, afirmou consistentemente nas *Institutas* e em seus comentários, que o homem decaído é um escravo do pecado. Na tradução de Battles do cabeçalho das *Institutas* lê-se como segue: “O homem agora está... sujeito à miserável servidão”. Calvino resume o principal ponto deste capítulo nas seguintes palavras: “A vontade, por ser inseparável da natureza do homem, não perece, mas foi de tal maneira subjugada aos desejos ímpios que não consegue lutar pelo que é correto”.⁵

Tanto Lutero como Calvino, além disso, preferiram nem mesmo usar expressões como “livre-arbítrio” ou “liberdade da vontade” como descrições do atual estado dos seres humanos decaídos. Lutero disse o seguinte:

Eu gostaria que o termo “livre-arbítrio” nunca tivesse sido cunhado. Não está nas Escrituras, e seria melhor chamá-lo de “vontade própria”, que para nada serve.⁶

O livre-arbítrio é evidentemente um termo divino e a ninguém pode ser aplicado senão, e tão-somente, à Majestade divina: porque somente Deus faz (como canta o salmo) o que lhe aprouver no céu e na terra (Sl 135.6)... Por conseguinte, os teólogos devem se abster completamente do uso desse termo, sempre que queiram falar de capacidade humana, mas devem aplicá-lo somente a Deus.⁷

Calvino expressou uma opinião semelhante:

Então [segundo Pedro Lombardo] se dirá que o homem possui o livre-arbítrio no seguinte sentido, não que ele tenha uma escolha livre tanto do bem como do mal, mas porque ele faz o mal voluntariamente, e não por constrangimento. Isso, de fato, é verdadeiro; mas que objetivo poderia haver em enfeitar algo tão insignificante com um título tão esplêndido?⁸

Criados à imagem de Deus, Anthony Hoekema,
Editora Cultura Cristã

¹ Estes podem ser encontrados no vol. 5, *The Nicene and Post-Nicene Fathers*, org. por Philip Schaff, 1ª série (reimp.; Grand Rapids: Eerdmans, 1971).

² Agostinho, *Enchiridion*, trad. de J. F. Shaw, vol. 3, *Nicene and Post-Nicene Fathers*, 1ª série, (reimp.; Grand Rapids: Eerdmans, 1980), capítulo 30.

³ Conforme exposto no Capítulo 10, Deus, mediante sua graça comum, refreia a propensão humana ao pecado, de maneira que a pessoa não-regenerada ainda é capaz de fazer algum bem. Mas esse refreamento do pecado não remove de forma nenhuma a escravidão do pecado a que o homem decaído está sujeito.

⁴ Carl S. Meyer, “Martin Luther”, em *The New International Dictionary of the Christian Church*, org. por J. D. Douglas (Grand Rapids: Zondervan, 1974), pág.610.

⁵ *Institutas*, II.2.12.

⁶ Hugh Thomson Kerr, Jr. (org.), *A Compend of Luther's Theology* (Filadélfia: Westminster Press, 1943), pág.91.

⁷ *Ibid*, pág.88.

⁸ *Institutas*, trad. de John Allen, 7ª ed. (Filadélfia: Presbyterian Board of Christian Education, 1936), II.2.7.